



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
CURSO DE ANTROPOLOGIA**

ILZA NOGUEIRA DOS SANTOS

**PROMOVENDO AÇÕES AFIRMATIVAS: PROJETOS DE COMBATE AO
PRECONCEITO NA ESCOLA ESTADUAL PEDRO ÁLVARES CABRAL EM
SANTARÉM-PA**

**SANTARÉM-PA
2022**

ILZA NOGUEIRA DOS SANTOS

**PROMOVENDO AÇÕES AFIRMATIVAS: PROJETOS DE COMBATE AO
PRECONCEITO NA ESCOLA ESTADUAL PEDRO ÁLVARES CABRAL EM
SANTARÉM-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia, para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de ciências da sociedade.

Orientador(a): Profa. Dra. Lucybeth Camargo de Arruda

**SANTARÉM- PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

S237p Santos, Ilza Nogueira dos
Promovendo ações afirmativas: projetos de combate ao preconceito na
Escola Estadual Pedro Álvares Cabral em Santarém. / Ilza Nogueira dos
Santos. – Santarém, 2022.
42 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Lucybeth Camargo de Arruda.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do
Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso Bacharelado em Antro-
pologia.

1. Ações afirmativas. 2. Gênero. 3. Negros. 4. Índigena. I. Arruda, Lucybeth
Camargo de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 370.117098115

ILZA NOGUEIRA DOS SANTOS

**PROMOVENDO AÇÕES AFIRMATIVAS: PROJETOS DE COMBATE AO
PRECONCEITO NA ESCOLA ESTADUAL PEDRO ÁLVARES CABRAL EM
SANTARÉM-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia, para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de ciências da sociedade

Conceito:

Data de Aprovação: ___/___/___

Prof. Dra. Lucybeth Camargo de Arruda – Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dra. Carla Ramos Munzanzu
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dra. Beatriz Moura
Universidade Federal do Oeste do Pará



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

No vigésimo segundo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às 08H30, na Sala Virtual via Plataforma do Google Meet, realizou-se a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente do curso de Bacharelado Antropologia **ILZA NOGUEIRA DOS SANTOS**, com título: **Promovendo Ações Afirmativas: Projetos de Combate ao preconceito na Escola Estadual Pedro Álvares Cabral em Santarém-PA**, sob orientação do(a) Prof^ª. Dr^ª. **Lucybeth Camargo de Arruda**, a Banca examinadora, presidida pela Prof^ª. Dr^ª. **Lucybeth Camargo de Arruda**, foi composta pelos avaliadores: Prof^ª. **Dra. Carla Ramos Munzanzu** e a **Dra. Beatriz Martins Moura**. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente, atribui-se o tempo de 20 minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação seguiu-se a arguição e em seguida as respostas. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a nota 10,0, em seguida os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o(a) discente que efetuou seus agradecimentos. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof^ª. **Dra. Lucybeth Camargo de Arruda**, lavrei a presente ata que após ser lida será assinada pelos membros da banca e pelo discente.

Banca Examinadora:

PRESIDENTE: Prof^ª. **Dra. Lucybeth Camargo de Arruda**

AVALIADOR(A): Prof^ª. **Dra. Carla Ramos Munzanzu**

AVALIADOR(A): **Dra. Beatriz Martins Moura**

DocuSigned by:
Beatriz Martins Moura
D8FA3BA46ED248E...

Discente Autor(a): **Ilza Nogueira dos Santos**

PARECER MONOGRAFIA DE ILZA NOGUEIRA- UFOPA

Bom dia a todas e todos, gostaria imensamente de agradecer a possibilidade de estar nessa banca de hoje, dialogando com o trabalho da Ilza Nogueira, pelo convite feito por ela e por Lucybeth e pelas trocas com Carla, que certamente serão produtivas.

Ilza traz para essa monografia um tema importante, bem elaborado e uma boa conexão entre a escolha do tema e a sua própria trajetória como educadora, esse tipo de diálogo é indicativo de pesquisas bem feitas e que impactam positivamente os contextos desde onde estão sendo realizadas. O trabalho reflete de maneira muito assertiva a constituição da educação como mecanismo de subversão de ordens sociais estabelecidas, ou seja, traz para o campo de discussão os potenciais transformadores da educação. Essa monografia produz reflexões sobre o sistema educacional como um todo, fala das políticas afirmativas, mas também sobre as deficiências no sistema educacional público de forma crítica e bem construída.

Esse é um trabalho que, a meu ver, sinaliza para os impactos verdadeiramente positivos e de transformação que ter uma Universidade como a UFOPA pode promover dentro na cidade de Santarém, impactos de todas as ordens, desde a elaboração de temas de pesquisa como os que Ilza traz, até pensar a atuação de acadêmicas/os nas escolas, por exemplo, que é parte da discussão presente no TCC.

Em termos bibliográficos, a monografia surpreende positivamente na construção do debate teórico, na medida em que traz para o escopo não apenas autores clássicos do campo da antropologia, mas que dialoga com intelectuais muito importantes para pensar educação, raça, racismo. Entendo ser interessante o modo como o texto agrega o debate sobre poder e sobre produção de desigualdade na educação, entendo que há uma virada importante que o trabalho traz, que é pensar o que se faz pra produzir rupturas a esses sistemas de poder e desigualdade? bell hooks, Paulo Freire e Nilma Lino Gomes são também diálogos teóricos importantes para o tema. Deixo a sugestão de trazer também para as suas reflexões o que aponta Lélia Gonzalez, especialmente em seu texto racismo e sexismo na cultura brasileira,

uma vez que a monografia traz para o centro da discussão também os mecanismos de reprodução desses lugares estereotipados, dessas imagens de controle no sistema educacional, esse é o caminho primoroso para entender de que maneira se combate esses imaginários racistas e discriminatórios.

Em suma, a monografia traz uma boa combinação entre observação e análises suas com as entrevistas realizadas em campo, um debate teórico super interessante e o diálogo com figuras importantes na cena dos movimentos sociais na cidade e que tem inserções diretas no campo da educação, como é o caso de Zenilda Bentes. Parabênizo Ilza e Lucybeth pelo excelente trabalho e por nos possibilitar estar juntas aqui hoje conversando sobre ele. Parabéns!!

Dedico este trabalho a professora de história Maria do Rosário Corrêa dos Santos, hoje aposentada da Escola Cabral, a minha irmã Sandra dos Santos Vieira, que não teve oportunidade de cursar uma faculdade, e a todas as mulheres negras e indígenas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Álvares Cabral na pessoa de seu diretor Manoel Danilo Vasconcelos de Siqueira, a professora mestra Waldenira Santos Guimarães, coordenadora pedagógica 2019, a professora Joelzila Mara Rego Santos ex-diretora da Escola Cabral, a professora de Sociologia Zenilda Maria Bentes que hoje encontra-se aposentada e a minha orientadora professora doutora Lucybeth Camargo de Arruda, que contribuíram para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

O trabalho teve o objetivo de analisar os projetos incluídos na programação pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Álvares Cabral (PAC), referente às ações afirmativas voltadas às mulheres, aos indígenas e aos negros respectivamente, intitulados em: Empoderamento Feminino no Contexto Escolar, Combate ao Preconceito Indígena e À Questão Negra na Escola. A metodologia de abordagem qualitativa fez o movimento de análise dos projetos aliada à pesquisa etnográfica e da pesquisa-ação participante na aplicação dos projetos, no contexto da escola Pedro Álvares Cabral no ano de 2019. Podemos observar através do trabalho desenvolvido a importância das ações afirmativas em escolas do ensino fundamental e médio para que a discriminação como uma prática que produz e reproduz a violência de raça e/ou de etnia e gênero, seja cada vez mais substituída pelo respeito à diversidade, visto que somos formados por uma sociedade diversa, seja em questões de gênero, raça ou etnia. Mostramos através deste trabalho que não se trata de concessão de benefícios ou privilégios, mas da efetivação de direitos assegurados pela Constituição. Faz-se necessário que o movimento das ações afirmativas seja reconhecido e defendido pela sociedade para combater o pensamento conservador das elites que tentam preservar a comunidade como um espaço marcado pelo privilégio de poucos. Os resultados alcançados mostraram que a escola tem um papel importante quanto a formação do indivíduo diante da diversidade social e racial e a luta contra o preconceito.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Gênero. Negros. Indígena. Contexto escolar. Santarém-PA.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the projects included in the pedagogical program of the State School of Elementary and Middle Education Pedro Álvares Cabral (PAC), referring to affirmative actions aimed at women, indigenous and black people respectively, entitled: Female Empowerment in the Context School, Combating Indigenous Prejudice and The Black Question at School. The methodology of qualitative approach made the movement of analysis of the projects allied to the ethnographic research of the application of the projects, in the context of the Cabral school. We can observe through the work developed the importance of affirmative actions in elementary and high schools so that discrimination as a practice that produces and reproduces racial and/or ethnic violence, gender is increasingly replaced by respect for diversity, since we are formed by a diverse society in terms of gender, race and/or ethnicity. We show through this work that it is not about granting benefits or privileges, but the realization of rights guaranteed by the Constitution. It is necessary that the affirmative action movement be recognized and defended by society to combat the conservative thinking of the elites who try to preserve the community as a space marked by the privilege of the few.

Keywords: Affirmative actions. Gender. blacks. Indigenous. School context. Santarém-PA.

LISTA DE SIGLAS

CEQ	COLETIVO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS
DAIN	DIRETÓRIO ACADÊMICO INDÍGENA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAC	PEDRO ÁLVARES CABRAL
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAS DE DOMICÍLIOS
SEDUC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ
UFOPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	15
1 IMPLEMENTANDO PROJETOS, REALIZANDO AÇÕES AFIRMATIVAS	15
1.1 Empoderamento feminino no contexto escolar	15
1.2 Projeto Combate ao Preconceito Indígena	21
1.3 A Questão Negra dentro da Escola Cabral.....	24
CAPÍTULO 2	28
2 FAZENDO CONEXÕES PROJETOS, CONCEITOS E AÇÕES AFIRMATIVAS	28
2.1 As políticas de ações afirmativas- um direito.....	33
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	41
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

O setor pedagógico da Escola Estadual Pedro Álvares Cabral, no município de Santarém-PA está voltado para coordenação de atividades pedagógicas e orientação dos estudantes. Os profissionais da educação são lotados, conforme quantidade de alunos matriculados no ano letivo para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes na questão social e na aprendizagem. A escola Cabral possui apenas duas pedagogas, uma lotada de manhã e outra à tarde. Porém, ao considerar o número de alunos do turno matutino, seria ideal a inserção de dois pedagogos para atender a demanda de forma adequada, visto que é composto por 6 (seis) turmas de Ensino Fundamental e 6 (seis) do Ensino Médio de alunos.

No entanto, na atualidade esse profissional está em falta na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), no que lhe concerne, não contrata pedagogos, então, depende de alguém do quadro efetivo de professores, aceitar ser lotado na escola. Essa falta de profissionais também se deve ao fato de outra parcela assumir a administração das escolas através de eleição democrática.

A escola faz uma organização por turma, tendo, normalmente em uma turma, alunos possuem em sua maioria a mesma faixa etária. Na atualidade, o pedagogo acompanha a rotina da turma no dia a dia da escola, identificando os alunos que estão diariamente, fazendo um controle de presenças e faltas dos discentes e docentes. No caso do aluno tem uma relação mensal de frequência sob nossa responsabilidade, caso a família não justifique a ausência, entramos em contato com o responsável do aluno para saber o motivo dele não ter comparecido. Entre os diversos motivos registrados das ausências temos: gravidez, doenças, desinteresse pela escola, falta de dinheiro para o transporte escolar, inúmeros motivos sociais que nos dá um quadro nítido de famílias trabalhadoras e em estado de vulnerabilidade social (desemprego, baixos salários, trabalhos precarizados e subalternizados) que refletem diretamente na funcionalidade e cotidiano escolar. Essa é a parte da que estamos chamando de um controle, isto é, saber quem são os alunos, onde moram, perfil socioeconômico familiar, a relação que tem com os colegas de classe e os professores e o seu rendimento escolar. Com todos esses dados, temos uma visão mais global, podendo identificar o que os igualam e o que os diferenciam. Quando há algum desentendimento entre eles, na sala de aula, ou com professores, rendimento

baixo, por exemplo, entramos com uma conversa individualizada, dependendo do problema, ou com a própria família.

Diante deste contexto, buscou-se analisar os projetos incluídos na programação pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Álvares Cabral (PAC), referente às ações afirmativas centrado na mulher, no indígena e no negro. Dessas ações surgiram os projetos de intervenção denominados de: “Empoderamento Feminino no Contexto Escolar”, “Combate ao Preconceito Indígena” e “A Questão Negra na Escola”, respectivamente.

No início do ano letivo de 2019, a escola foi notificada com a determinação da Secretaria Executiva de Educação do Pará — SEDUC/PA, que todas as escolas públicas do Estado iriam executar esses projetos, voltados para as questões referentes ao combate ao preconceito na escola, sendo um acordo firmado entre o Ministério Público Estadual do Pará e a SEDUC.

Destarte, nesse ano foram implementados, três projetos nas escolas públicas. Primeiro foi o projeto empoderamento feminino, tendo como objetivo, promover políticas de empoderamento das mulheres através de ações educativas em conjunto com a comunidade escolar; o segundo projeto foi de combate ao preconceito indígena, visando conhecer a história indígena para fazer de nossa sociedade livre de preconceito contra os povos indígenas e, o terceiro projeto de combate à discriminação racial, com objetivo de promover a consciência negra (percepção histórica e cultural).

No planejamento elaborado pela escola, esses projetos foram inseridos no calendário escolar de acordo com datas e/ou meses comemorativos. O primeiro tema que correspondeu à mulher, foi realizado no mês de março, o segundo tema relacionado aos povos indígenas, no mês de abril e em novembro, à temática direcionada aos negros. Tais projetos foram idealizados pelo Ministério Público Estadual do Pará (MPE) em parceria com Secretaria Executiva de Educação (SEDUC), com o intuito de combater o preconceito e o racismo em relação a esses coletivos, haja visto, que no contexto escolar, foi detectado muitos casos de reprodução desses e outros preconceitos. O projeto de combate ao preconceito e racismo, na totalidade, é resultante de um trabalho de ações afirmativas que teve início entre alunos indígenas e negros matriculados na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em parceria com o Ministério Público do Estado do Pará. Todos os

projetos tratam do tema preconceito, já que a escola é um lugar de convivência pacífica e construção de aprendizagem.

Desta forma, este trabalho tem como proposta analisar a aplicação desses projetos na escola Estadual Pedro Álvares Cabral (PAC), localizada na rua Vinte e Quatro de Outubro Sn, Bairro Mapiri, em Santarém/PA, pertencente à rede estadual de educação, constituída com Ensino Fundamental e Ensino Médio, frequentada por alunos da zona rural e urbana. Os projetos foram realizados durante o ano letivo de 2019 e tendo seu ponto de referência os meses de março(mulher), abril(índio) e novembro(negro).

A partir desta análise buscou-se descrever acerca das repercussões do projeto vinculado a ação educativa, que discute o tema preconceito, projeto este sendo realizado com os alunos da escola Cabral, observando o nível de conhecimento deles sobre o tema e, sobretudo, refletir sobre os três projetos desenvolvidos na escola, frutos de ações afirmativas que teve início na universidade Federal do Oeste do Pará e levado para dentro das escolas estaduais de Santarém. Outra questão levantada durante a pesquisa foi a Compreensão das ações afirmativas como política de Estado. Tendo como pergunta norteadora: qual o preconceito que o aluno sofre durante sua jornada escolar? Quais as contribuições do projeto-ação para o conhecimento dos alunos sobre a questão do preconceito? Quais as mudanças sentidas e praticadas com a execução do projeto voltado para o combate ao preconceito pelos alunos? O que fazer para não haver atitudes de preconceitos dentro da escola Cabral? O que esse projeto trouxe de significativo para a aprendizagem nas questões envolvendo as categorias sociais — mulher, índio e negro?

Justifica-se a relevância da presente pesquisa ao considerar a aprendizagem significativa para questões das ações afirmativas, em simultâneo, garantia do direito das alunas mulheres, alunos indígenas e negros frequentadores da escola Cabral, regularmente matriculado nesse ano letivo 2019. O fato de o tema ter sido uma reivindicação de universitários indígenas e negros da Universidade Federal Oeste do Pará (UFOPA), junto ao Ministério Público Estadual (MPE) de Santarém-PA.

O embasamento teórico adotado para compreender as repercussões do projeto de ação educativa com tema preconceito, se pauta na sociologia da educação na perspectiva adotada por Pierre Bourdieu (1998) da educação como produtora de desigualdade social e na teoria antropológica de Michel Foucault (2008), a relação entre poder e conhecimento, acarretando o controle social através das instituições,

entre as quais, a escola passa a conseguir disciplinar sua clientela nos padrões de comportamento e pensamento. Para o conceito de minoria utilizou-se a definição do sociólogo Mendes Chaves (1970) em que “a palavra minoria se refere a um grupo de pessoas que de um modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa relação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo maioritário”(MENDES CHAVES, 1970,P.149), ambos integrando uma sociedade mais ampla, sendo que alguns elementos podem ser comuns às minorias, entre eles: a vulnerabilidade, identidade em formação e luta contra os privilégios dos grupos dominantes.

A metodologia utilizada para construção deste trabalho foi a pesquisa etnográfica e pesquisa-ação participante, aliada a abordagem qualitativa pois, segundo Teixeira (2014), a pesquisa de natureza qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório, onde seu foco é o caráter subjetivo do objeto analisado. Quanto a “etnografia é literalmente a descrição de culturas ou de grupos de pessoas que são percebidas como portadoras de um certo grau de unidade cultural” (CANÇADO,1994, p 55). Assim, através da pesquisa etnográfica, somaram-se observações, registros em diário de campo, aplicação de questionários, conversas informais e fotografias do cotidiano durante a execução dos projetos na escola.

Essa monografia está composta de dois capítulos. O primeiro — Implementando projetos, realizando ações afirmativas — aborda os três projetos de ações afirmativas desenvolvidos, descrevendo como foi pensado, elaborado e aplicado o planejamento na escola, iniciando com a questão da mulher, pois esta, sofre múltiplos preconceitos, uma interseccionalidade de gênero, racial e social, criando uma teia de amarras sociais que depende da política para a mesma libertar-se ou criar condições para o empoderamento feminino. O segundo projeto, voltado para o combate ao preconceito contra a população indígena, que sofrem discriminação étnica por serem “índios”, a partir de uma concepção de vê-los como a-históricos e com lugar definido que não seria a cidade e nem mesmo à educação. Já o terceiro projeto, voltado para a questão negra, no combate ao preconceito racial, que faz um movimento automático de ligar raça à cor da pele negra e às adjetivações de inferioridade e subalternidade

O segundo capítulo, fazendo conexões — projetos, conceitos e ações afirmativas, aborda os projetos de ação educativa que combate o preconceito contra as mulheres, os indígenas e os negros desenvolvido na Escola Pedro Álvares Cabral,

fazendo um diálogo com uma literatura sobre esses temas e apontando para ações afirmativas.

Por fim, as considerações finais apresentam resultados que descrevem o papel da escola na formação do aluno, como ser social, visto que diante das experiências individuais dos alunos e professores entrevistados, percebeu-se que surgiram questionamentos quanto ao desenvolvimento desses projetos a partir do que pode-se compreender de forma positiva ao trabalho executado vislumbrando a necessidade do desprendimento dos preconceitos que se encontram arraigados sobre o espaço escolar e a sociedade na totalidade.

Ressalta-se que o presente trabalho visa propor reflexões que sirvam para uma discussão inicial sobre as ações colocadas em prática a partir da presença no Ministério Público do Estado do Pará, contribuindo como agente incentivador de ações como esta, e fazem parte de políticas públicas fazendo assim, valer a Constituição Brasileira.

CAPÍTULO 1

1 IMPLEMENTANDO PROJETOS, REALIZANDO AÇÕES AFIRMATIVAS

1.1 Empoderamento feminino no contexto escolar

Empoderamento Feminino foi o primeiro projeto executado na escola Pedro Álvares Cabral no ano letivo de 2019, no mês de março em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (8 de março), vislumbrando um debate acerca da violência, e os preconceitos, sofridos por essa categoria.

O projeto é voltado para a questão da mulher, e traz também outras implicações, por ser um tema interseccional, um termo criado por Kimberlé Crenshaw (2002), para identificar onde há combinação de dois ou mais fatores de discriminação, neste caso, temos como exemplo as mulheres que sofrem duplo ou triplo preconceito, pela questão do gênero, etnia, cor e classe social:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW,2002, p.177)

A interseccionalidade é uma das maneiras para identificar e estudar os diversos preconceitos que atingem as mulheres que se cruzam e/ou sobrepõem. A autora Crenshaw faz uma analogia da palavra interseccionalidade, a uma via de trânsito, as avenidas são os vários eixos de poder, exemplo: raça, etnia, classe e gênero que estruturam os terrenos sociais, econômico e político que se cruzam, produzindo desigualdade e injustiça social. No entanto, o termo foi cunhado no campo de pesquisa feminista, na área do direito, tendo como ponto fundamental a interação entre os marcadores sociais da diferença. Um bom exemplo está na questão da violência doméstica contra a mulher, que tem sido divulgada ou denunciada antes da promulgação da Lei Maria da Penha por mulheres negras, que foi invisibilizado sendo considerado um problema de raça e não de gênero. No entanto, são eixos de opressão que se cruzam contra as mulheres que podem ser de raça, gênero e classe.

Na educação, os maiores precursores dos preconceitos foram nossos livros didáticos, quando os papéis destinados à mulher indígena e negra sempre colocada em posição inferior à mulher branca. Um exemplo é a representação da mulher branca no papel de superior e, a mulher negra que aparece sempre no papel de empregada doméstica, é de se pensar que esse imaginário imita a vida, até hoje é muito limitado. Os números de negros na televisão brasileira no papel de protagonista de novela, ou em uma bancada de telejornal, ou seja, ainda continua a perpetuação da opressão contra mulheres negras e indígenas. Existe um controle da aquisição de conhecimento pela classe social dominante, conforme aponta Bourdieu (2007), a escola como um espaço que reproduz as desigualdades sociais, culturais e econômicas. Uma maneira para tornar a mulher dona do seu destino é não ficar às margens dos direitos sociais e emponderá-las, torná-las mulheres conscientes para escrever as suas histórias.

Segundo Maciel (2011) o termo empoderamento, palavra que chegou ao Brasil pelo educador Paulo Freire, dar poder ou promover a liberdade dos oprimidos, conscientizando para causa das mulheres na luta contra o preconceito, violência de todos os modos, promovendo mudanças no modo de pensar e organizar ações específicas, voltado para as mulheres que proporcione igualdade de direitos e deveres na sociedade. Candau (2008) afirma sobre a importância do empoderamento na execução das ações afirmativas:

Empoderamento tem também uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados etc., favorecendo sua organização e sua participação ativa na sociedade civil. As ações afirmativas são estratégias orientadas ao empoderamento. (CANDAU, 2008, p.54)

Atualmente, as escolas da rede ensino possuem classes mistas (homens/mulheres), lembrando que já tivemos escolas só para homens e só para mulheres, onde os conteúdos curriculares eram separados por questões de gênero. Nas escolas para mulheres, o currículo era voltado para atividade do lar, ou tinham a formação do magistério como atividade profissional direcionada e permitida às mulheres, a chamada “feminização do magistério primário” (ALMEIDA,1998, p.64, apud WERLE,2005, p.610).

Desta forma, o projeto voltado para a questão feminina foi promovido na Escola Cabral, no dia 08 a 14 março, aproveitando a data comemorativa, e contou com ações desenvolvidas por músicas, palestras e seminários. Aos professores coube

a tarefa de trabalhar o conceito de “empoderamento” em suas aulas. Em consenso, eles optaram pelo subtema “violência contra a mulher”

Esse projeto considera, como uma parte formativa e importante, a revisão do processo histórico com a intenção de possibilitar uma reflexão, não só de rever o passado, mais pensar no presente, em oportunidades iguais, independente de gênero sexual, também tem a preocupação com o compromisso da educação formal. Embasado nesse princípio, a escola PAC trabalha com escolha de representante das turmas por voto dos próprios alunos, tendo representante do sexo feminino e masculino, aos quais é delegada a participação na rotina da organização da turma e na escola, e representa os alunos no Conselho de Classe e na reunião com Ministério Público Estadual (MPE-PA), são líderes sendo formados.

A ideia centralizada é dar oportunidade plena às mulheres na educação, no foco de convivência pacífica de homens/mulheres. O fio condutor é trabalhar na educação, ações de combate à violência masculina contra as mulheres, para isso, a Lei Maria da Penha foi o tema a ser debatido. A lei leva o nome de uma mulher que é sobrevivente da violência doméstica, causada na época pelo seu marido, professor universitário. Lembrando que a violência, às vezes, faz parte da vida familiar, acarretando assim um prejuízo emocional e financeiro para a família, pois o homem se designa o papel de responsável e guardião da questão econômica.

Alguns casos já se iniciam desde a fase da juventude, como exemplo, os namoros entre estudantes, quando começa no espaço da escola. Na maioria das vezes, as meninas precisam da autorização dos pais, o que causa um transtorno no cotidiano da escola. Nesse ano letivo a escola teve 2 (dois) casos. O primeiro de uma aluna do 7º Ano do fundamental que começou um namoro com um aluno do 1º Ano do ensino médio, quando os pais da garota ficaram sabendo, a mãe não aceitou o namoro, pois, para ela sua filha não tinha idade para namorar. O caso foi resolvido quando os pais do rapaz foram à casa da menina pedir autorização para o namoro dos jovens. Outro caso foi de uma jovem do 8º Ano. Após o seu pai tomar conhecimento, não permitiu que a estudante fosse para a escola, porque alegava que ela poderia engravidar, e não estava preparado para arca com mais despesas. Mesmo após conversas e argumentações, o pai não cedeu, mas isso não impediu que ela terminasse o ano letivo, pois tinha um ótimo rendimento nas disciplinas e antes de finalizar o 4º bimestre, já estava aprovada. O que chamou atenção foi a profissão do pai, professor universitário, o que podíamos supor uma relação mais aberta ao diálogo

e com outra possibilidade de atitude para que a filha não ficasse prejudicada em seu curso escolar. Outro fator muito interessante em ambas as famílias, era os papéis bem definido em relação à voz de comando, ou seja, quem estava autorizado a falar pela família era o homem, embora as mulheres não tivessem inseridas no mercado de trabalho e tivessem mais tempo disponível para resolver questões em relação à família e, conseqüentemente, à educação dos filhos no ambiente escolar. Pois, esta divisão de trabalhos é marcada com papéis desempenhados em muitas famílias, porém, a última voz ou ainda, a voz de comando é a do homem.

O projeto de empoderamento feminino faz parte de grande projeto montado pela Organização das Nações Unidas (ONU), voltado para mulheres, tendo sete princípios:

1. Igualdade de gênero, 2. Tratar todos os homens/mulheres de forma justa na inclusão e não discriminação, 3. Garantir a saúde e bem-estar a todos, 4. Promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres, 5. Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas das cadeias de suprimento de marketing que empoderem as mulheres, 6. Promover a igualdade, 7. Mediar e publicar os progressos para alcançar a igualdade de gênero. (ONU, 2016, p.3)

A ONU, a grande idealizadora do projeto em termos globais, também considera os interesses dos governos e da sociedade civil em apoiar a causa, dado que as mulheres continuam a enfrentar discriminação, exclusão e marginalização em quase todas as sociedades.

O projeto Empoderamento Feminino é de intervenção no comportamento da comunidade escolar, por ações que visam provocar mudanças conceituais e de atitudes. Especificamente voltado para combate o preconceito e garantia de direitos humanos e respeito à mulher e a diversidade cultural (Anexo I).

Na escola Pedro Álvares Cabral, há 742 alunos, sendo 382 são do sexo feminino e 260 do sexo masculino, distribuídos entre Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano e Ensino Médio de 1º a 3º Ano. Cabe ressaltar que a instituição possui alunos trans, no entanto, os casos de violência ou desrespeito são registrados em relação ao gênero. Ainda sobrevive a cultura machista onde os meninos por estarem num espaço tão pequeno pensam que podem passar a mão na bunda das meninas. Esse comportamento é severamente combatido pela direção da escola. No entanto, todos os anos temos registros de violência contra mulher. Os mais recentes casos, foram de um grupo de alunos do 5º Ano do fundamental que prenderam uma menina na sala

com um colega do sexo masculino. Outro caso, de um rapaz, do 1º Ano do ensino Médio, que deu um tapa na colega, simplesmente porque ela exigiu o que ele fizesse silêncio em sala de aula.

No percurso de nossa história brasileira, a educação e a política para mulher estavam atreladas ao homem, a ele cabia decidir se a mulher podia estudar ou trabalhar. Hoje, na atualidade, temos a mulher investida de direitos dentro dessa sociedade. Apesar da igualdade, não foi pensada a equidade, considerando a complexidade da realidade feminina. As escolas não possuem políticas públicas, por exemplo, para as meninas que engravidam ou as que estão com crianças de colo, para não abandonarem as escolas, o que geralmente ocorre.

O Empoderamento Feminino vem dotado de uma ação política — contra o papel dado à mulher, de “do lar”, sem profissão, sem oportunidade. Isso nos faz refletir, embora hoje haja um entendimento nessa direção, de oportunidades iguais nas escolas, o índice de abandono do sexo feminino continua sendo maior. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2019), a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) registrou informações acerca do índice de evasão escolar no Brasil, e dentre os principais motivos estão a necessidade de trabalhar que totaliza cerca de 39,1% dos casos, e ao desinteresse que atinge um percentual de 29,2%. E ao analisar a situação das mulheres mais especificamente, evidencia-se a questão da gravidez na adolescência, responsável por 23,8% e os afazeres domésticos, 11,5% dos casos.

Diante deste contexto, ações afirmativas como esta, vem atribuir uma ação política ao papel da educação, promovendo novos rumos à educação das mulheres, de conquista de seu espaço, respeitando as diferenças de gênero. Inclusive com a mulher negra que segundo Gonzalez (1984), sofre duplo preconceito: o racismo e sexismo brasileiro, incluído nas ideias das palavras mulata, doméstica e mãe preta.

O projeto foi executado na escola no período de 08 a 14 de março de 2019, com todas as séries, com ajuda dos professores entre os quais tem uma parcela significativa de homens, os quais ficaram com a missão de falar o que é Empoderamento, sobre a Lei Maria da Penha e a violência que as mulheres sofrem desde a, simbólica até a doméstica. A semana foi finalizada no dia 14 de março de 2019, na área da igreja de Santo Antônio, no bairro do Laguinho, tendo a delegada da Polícia Civil Andreza Alves como a palestrante principal. Todas as turmas sobre coordenação de um professor, apresentou uma atividade, Professor Ruimar Picanço

coordenou um jogral sobre a Lei Maria da Penha, a professora Rosaria Santos, de História apresentou os direitos e conquista das mulheres ao mercado de trabalho, apresentação da biografia e desfile : mulheres que mudaram o mundo: Malala Yousafzai, Madona, Roberta Close, Tarsila do Amaral, Marta (jogadora), Maria da Penha, Maria Lenk, Chiquinha Gonzaga, Zilda Arns, Carmem Miranda, Dandara (mulher de Zumbi), Dica Frazão sobre a coordenação da professora Lucicleia Tavares, professora Elisania Carvalho coordenou uma peça teatral sobre a violência contra as mulheres, Professor Raphael Abreu, uma música com o tema.

Em relação à organização do projeto Empoderamento, os professores receberam via WhatsApp da escola, um leque de sugestões para ser trabalhado na semana, entre elas: palestra em vídeos TED x Talks, a cartilha montada pela SEMED, uma turma de 8º Ano, sendo a maioria meninas, contou com a estudante de Antropologia Dionéia Cardoso, falando do tema, por ser mulher trabalhadora, estudante indígena e envolvida em movimentos sociais. Ela já conhecia a escola e provocou um diálogo sobre o tema. Observou-se que os alunos entenderam o conceito de empoderamento, um tema novo no universo deles. No entanto, ao perguntar para eles sobre o tema, falaram que a professora de História, Rosária e a professora de inglês, Simone Figueira, já haviam abordado o tema, e perguntado se alguém queria contribuir, ninguém se prontificou a falar. Nesse dia, depois da palestra, não havia mais aula por conta da ausência de um professor, geralmente quando isso acontece, os alunos querem sair para ficar conversando entre eles no pátio da escola.

A professora Rosária Santos, passou um vídeo sobre a palestra com Maria da Penha contando sua experiência até a criação da Lei, criaram slides com base na Cartilha do Empoderamento Feminino montada pela SEMED, produção textual sobre violência doméstica, produção textual sobre lutas e conquista das mulheres entre as quais o voto, música com letras de homenagem à mulher, debate sobre profissões masculinas que as mulheres foram conquistando. A educadora acrescenta que aproveitou temas que abordam o papel da mulher em alguns momentos históricos e desenvolveu em sala de aula no ensino de sua disciplina.

Portanto, finalizamos a Semana do Empoderamento Feminino com uma assembleia de professores e alunos dia 14 de março de 2019, com a socialização dos trabalhos realizados em sala de aula pelos professores e alunos, com a certeza de que precisamos trabalhar políticas voltadas para às mulheres, sendo ela de origem

indígena, negra ou quilombola, para evitar que abandonem a escola em caso de gravidez, violência ou em situação de vulnerabilidade social.

1.2 Projeto Combate ao Preconceito Indígena

No Brasil, apesar dos avanços no setor educacional, ainda temos carências na educação, voltada para diversidade sociocultural. A escola ainda é um espaço da cultura branca eurocêntrica, maior parte de nosso currículo está centrado na Europa ou até quando estudamos a história do Brasil, em linhas gerais é contada a partir dos relatos dos europeus ou de como eles pensavam e concebiam o mundo. Ou seja, a escola tradicional é um veículo para a transmissão da ideologia dominante, com isso há uma desvalorização de outras culturas, como exemplo, a cultura indígena e negra, tanto assim que para garantir essa diversidade foi promulgada a Lei Federal nº 10.639-2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de Educação Básica e posteriormente promulgada a Lei nº11.645 - 2008, torna obrigatório História e cultura afro-brasileira e indígena.

Na escola, é observável que existem alunos negros, indígenas, estudantes de comunidade ribeirinha e zona rural, percebe-se que eles possuem em característica homogênea, ou seja, apesar da mistura e de uma diversidade social percebida no cotidiano da Escola Cabral, devido a não declaração por parte dos alunos ou até mesmo pelos dados do setor de matrícula da instituição, a maioria dos discente encontra-se cadastrados como brancos. O resultado com isso é que nessa escola não se encontram matriculados pelo menos um (1) negro e poucos indígenas, passando pelo processo ao qual, os estudantes não têm sua identidade racial identificada e correta no banco de dados.

A escola Pedro Álvares Cabral, no mês de abril, realizou o projeto Combatendo o Preconceito indígena, uma idealização do Ministério Público do Pará juntamente com os alunos indígenas da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), realizada em todas as escolas públicas de Santarém. Dentro dessa meta o projeto da escola teve como objetivo, conhecer a história indígena para fazer de nossa sociedade livre de preconceito contra os povos indígenas (Anexo II)

No início de abril, a professora de Sociologia Zenilda Bentes organizou seminário com os alunos do Ensino Médio, 3º ano, com o tema: matrizes indígenas,

negra africana e branca europeia. Os alunos apresentaram a contribuição de cada matriz na questão social, econômica, cultural e política. No seminário, também foi apresentado a história, o modo de vida, a contribuição nos costumes, os saberes, utensílios, arte, gastronomia, língua e religiosidade dos povos indígenas.

No dia 15 de abril de 2019, na biblioteca da escola Felisbelo Jaguar Sussuarana, onde os alunos do Ensino Médio, turno da manhã, estão alocados, por conta da reforma da escola, foi trabalhado o projeto: Diminuindo o Preconceito em sala de aula, organizado pela professora Zenilda Bentes, em conjunto com Grupo Consciência Indígena (GCI), tendo como palestrante os acadêmicos da UFOPA membros do grupo, vindo de comunidade indígena. Eles falaram de suas dificuldades de acesso e permanência, e os preconceitos que sofrem na cidade e na universidade causada por colegas e alguns professores na universidade. Relataram sobre suas lutas e afirmação étnica e identitária e o que significa ser indígena para eles presentemente. No final de cada palestra, foi aberto para perguntas e, finalizado com oficina de pintura corporal e ritual indígena. No turno da tarde, o espaço utilizado foi o auditório do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA).

A professora Zenilda Bentes, é uma grande conhecedora da causa indígena, professora formada em Ciências Sociais, indígena de comunidade em processo de reconhecimento. Ela conhece bem o que é conquista, espaço delegado aos homens ou mulheres brancas, demonstrando muito bem no seu projeto junto aos alunos a sua bandeira de luta.

No dia 16 de abril, a professora Zenilda Bentes deu continuidade no projeto com o foco no combate ao preconceito indígena, em roda de conversa em sala de aula, com alunos do Ensino Médio dos períodos da manhã e tarde. No Ensino Fundamental, contamos com os professores de História e os de Estudos Amazônicos trabalhando a temática.

Dando continuidade ao projeto, tivemos alguns “intervalões” (intervalo grande entre as aulas) para realizar apresentação de música, comida e dança ligada à cultura indígena. Nesse período, tivemos alunos caracterizados de índios dançando ou fazendo algum ritual sobre a coordenação geral da professora Myrcia Ferreira de Educação Física, finalizando no dia 07 de junho de 2019, com a dança tribal com a participação de nosso aluno Indígena, na quermesse Junina da escola, realizada no período da noite, no ginásio esportivo municipal.

Esse projeto foi uma semente plantada contra a discriminação indígena no espaço escolar, um trabalho de revitalização da memória adormecida e em muitas situações, esquecida intencionalmente, para apagamento da história indígena. O que constatamos é que na Amazônia é comum ser indígena ou ter o seu antepassado ligado aos povos indígenas. Isso deveria ser motivo de valorização e vemos que não acontece, vendo que os alunos indígenas da universidade (UFOPA) entraram através das cotas públicas, já demonstrando aí uma assimetria na forma de ingressar ao ensino superior, deixando evidente a dívida que a sociedade tem com as populações indígenas e, após estarem na Universidade, os alunos indígenas precisam pensar uma forma de chamar atenção e denunciar os inúmeros preconceitos que foram vítimas nesse lugar que deveria ser de formação educacional. Trago aqui uma fala de Zenilda Bentes que vai na direção dos alunos indígenas que fizeram a cartilha de combate (Anexo III) ao preconceito contra eles:

Tenho amplo interesse de mudar essa construção social feita através de muitas gerações. Sem levar em conta que nesse território temos descendente de índios e que muitos dos meus parentes sofreram um processo de branqueamento, imposto pelos brancos. Há muitos relatos nas nossas lembranças. (BENTES, 2019)

Na Amazônia, grande parte dos moradores chamados “caboclos”, são descendentes de índios, isso fica claro ao olharmos para suas características físicas, costumes e crença. É comum encontrarmos, nessa região, histórias de pessoas que tiveram, por exemplo, parentes de como uma bisavó indígena, assim como resquícios de tradições culturais como a arte de tecer em palha. Essa questão tem a ver com o processo histórico que envolveu a grande parcela dos povos indígenas na Amazônia desde a conquista pelos europeus e quando se transformaram em caboclos, por uma imposição do Estado, até o momento que se reconheceram como indígenas, fazendo parte de uma tomada de consciência de sua identidade étnica. Como afirma o professor Florêncio Vaz “A história dos povos Amazônico tem sido uma história de negação de si” (VAZ, 2010, p.113).

Partindo desse pressuposto, anos após anos, os indígenas foram ensinados a serem simples trabalhadores, para negação de sua identidade étnica. Entre as medidas adotadas para tornar eficiente esse plano, o governo português incentivou o casamento com os brancos, obrigatoriedade da língua portuguesa e proibição das línguas indígenas, obrigatoriedade de uso de roupa e a proibição da

nudez. Essas ações foram um eficiente apagamento da memória e da história de muitos povos. Parte dessa viagem da volta¹ tem a ver com um conjunto de fatores entre os quais vamos citar a invasão de suas terras por madeireiros e sojeiros, criação da FLONA como PA (proteção ambiental) e a atividade política dos indígenas, entre eles, o trabalho do antropólogo Florêncio Vaz Filho, também indígena, como ele mesmo contou para nossa turma em sala de aula — “eu não me considerava índio”, no entanto, os colegas de sua turma de pós-graduação tinham certeza que ele era indígena somente olhando seus traços físicos.

Em 2011, inicia a entrada de alunos indígenas, via processo Seletivo Especial Indígena, na universidade federal oeste do Pará (UFOPA) oriundos de diversas etnias entre as quais: Borari, Cara Preta, Jaraqui, Juruna, Kaxuyana, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Tapajós, Tapuia, Tapaiú, Wai-Wai e Sateré-Mawé, distribuídos entre os institutos e cursos de suas preferências. No entanto, a entrada aconteceu via processo vinculado às ações afirmativas de direito, suas permanências dependiam do contínuo processo de organização étnica. O que foi feito, os alunos independentemente de sua etnia, organizaram-se em um diretório acadêmico indígena, para lutar contra o preconceito no espaço universitário, que resultou em organização como o Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) e a cartilha contra o preconceito e racismo contra os indígenas, produzida por eles.

Portanto, o projeto Combate ao Preconceito Indígena serviu para despertar a consciência crítica sobre as questões etnoraciais dos educandos, também valorizar os povos indígenas de nossa região e situá-los que estão nas escolas, nas universidades, nos espaços de conquistas de direitos que há anos lhe foram negados.

1.3 A Questão Negra dentro da Escola Cabral

No Brasil, perante o contexto histórico de exclusão do negro, dentre outros grupos considerados como historicamente excluídos, faz-se necessário pensar políticas que assegure os direitos e o combate à discriminação deles. Com esse intuito, destacam-se as ações afirmativas como, por exemplo, a política de cotas de acesso ao ensino superior, cujo objetivo é favorecer o acesso à educação e melhores

¹Nos termos de João Pacheco de Oliveira (2004).

oportunidades no mercado de trabalho, tendo em vista que sofreram historicamente com desfavorecimento de políticas e formas de dominação na sociedade. Deste modo, salienta-se que tais ações são inseridas na sociedade com o papel de igualar as oportunidades para terem de fato seus direitos efetivados. Portanto, analisar e implementar ações no âmbito educacional, é uma das bases extremamente necessária para o combate ao racismo

Destarte, partindo deste pressuposto e da diversidade cultural que engloba o corpo discente do colégio Cabral, buscou-se implementar ações em combate ao racismo a partir do processo de formação e organização do projeto que trabalha o combate ao preconceito, referente à questão negra no espaço da escola Cabral datado seu início em janeiro de 2019, diante da determinação do Ministério Público Estadual do Pará para ser executada em novembro, mês de referência à causa. Em conserva com professores, a escola optou por palestras, jogos internos e feira cultural para serem trabalhados os subtemas que envolveram o tema gerador.

O 9º ano ficou especificamente com a problemática da questão negra na Feira Cultural. A Comunidade escolar tem muita preocupação com o preconceito, embora o tema não fizesse parte das atividades da escola. Este ano veio como projeto, voltado para as questões: mulher, índio e negro. A partir do terceiro bimestre do ano letivo 2019, começamos as atividades voltadas para o tema “Combate ao preconceito contra o negro” que foram palestras, o tema dos jogos sobre a Consciência Negra: personalidade que marcaram a valorização da cultura negra no Brasil e no mundo. Cada grupo trouxe como patrono uma personalidade definida no nome do time e em sua bandeira, assim como, uma biografia da personalidade entre as quais os alunos escolheram: Elza Soares, Pelé, Coliseu de Jesus, Marielle Franco, Machado de Assis, Alcione, Zumbi dos Palmares, Chiquinha Gonzaga, Obama, entre outros. Na Feira Cultural, retornamos ao tema no 9º Ano A, com o tema: Questão étnica racial: desigualdade, luta e resistência que tinha como objetivo, discutir e analisar as desigualdades sociais produzidas no contexto de lutas históricas de resistência contra o preconceito racial no Brasil. Os objetivos específicos: descrever ações de combate ao preconceito racial, identificar as influências culturais dos negros no Brasil, destacando culinária, religião, danças e músicas, e a partir daí, analisar o mito da democracia racial e investigar o processo de formação e miscigenação do povo brasileiro. Estiveram à frente desse projeto, os professores de História e Matemática da turma para execução e desenvolvimento do projeto. Os alunos tiveram uma leitura

obrigatória de um livro paradidático com o nome “Quando eu me descobrir negra”, da autora Bianca Santana, que relata sua experiência pessoal no processo de reconhecimento de sua identidade como pessoa negra.

As atividades da Feira foram divididas em dois momentos, em exposição com banner e atividade cultural. A professora Sara Castro, de Matemática, organizou a dança maculelê, em que, segundo suas palavras, houve resistência por parte dos alunos que a definiu como “coisa de macumba”. A professora teve que conversar e falar com a turma e desconstruir essa representação, argumentando que esses eram os preconceitos formulados contra a cultura negra.

Essa questão já traz uma reflexão sobre o preconceito construído em torno da cultura africana e negra. Isso tornou o projeto mais necessário e potente, já que com essa turma, era exatamente para trabalhar as questões do preconceito contra os negros. Foi importante para perceber a importância de conhecer a história afrodescendente, além das histórias indígenas.

Após desconstruído o preconceito contra a dança maculelê, os alunos passaram a ensaiar para o dia da apresentação cultural. Em outro momento, com o professor de História, tiveram uma aula somente sobre o processo histórico, envolvendo a escravização dos africanos no Brasil, até o surgimento do processo de separação e segregação social entre brancos e negros. No entendimento do professor, na época da escravidão, as mulheres negras foram violentadas sexualmente, porém, também houve casos em que mulheres negras envolviam com os homens brancos e que tinham um filho. Esse filho, em alguns casos, de alguma maneira, poderia ter um privilégio no futuro, ganhar sua liberdade ou através do filho receber a liberdade. Para o professor, houve mulheres que embora fossem negras tiveram filhos afrodescendentes que não foram escravizados, tiveram uma vida social e financeira diferente dos outros negros ou negras da época, ou seja, foram pessoas emponderadas em plena escravidão. Essa questão está ligada às pessoas escravizadas nunca aceitaram pacificamente essa dominação e criaram estratégias de resistência à escravidão. Uma dessas estratégias foi o matrimônio. Em outro momento, o professor de Geografia passou um vídeo sobre o processo de miscigenação, dando continuidade ao estudo da turma.

A escola Cabral tem alunos de Ensino Médio e Ensino Fundamental. O projeto da Feira foi executado no dia 17 de dezembro para exposição para os próprios alunos, sendo que foi atribuído ponto para essa atividade como parte da avaliação do

4º bimestre dos estudantes. Os alunos do 9º ano não acharam difícil o tema, porém reclamaram da falta de uma orientação específica ou mais detalhada por parte do professor de História, que logo depois foi feita com minha presença na sala de aula. Nesse dia, deu para notar a empolgação por parte de alguns alunos no relato ou oralidade do professor no assunto em pauta, no entanto, o professor também foi “branqueado” nesse processo de colonização ou dominação do branco sobre o negro. Essa constatação foi feita por ele em conversa comigo, dizendo ser descendente de negro e defensor da meritocracia, pois ele mesmo não consegue perceber, o esquema de desigualdade racial que também se torna social, esse comportamento está relacionado com seu histórico de vida, menino do interior que saiu para cursar Universidade Federal na capital. O fato dele ter conseguido vencer, supõe-se que todos estão aptos, se não conseguem é por desordem ou preguiça. Aí se aplica a máxima — se um negro consegue uma carreira profissional, supõe-se que todos podem conseguir, quando um negro tem esse pensamento, de certa maneira ele aceitou a desigualdade racial, como “natural”, não imposta por uma sociedade classista e elitista que naturalizou o racismo estrutural.

De acordo com Almeida (2018) podemos classificar o racismo em três concepções: individualista, institucional e estrutural. Ele ainda fala de três dimensões: econômica, política e subjetiva. Para este autor, o racismo é estrutural e estruturante na vida em sociedade.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que constituem as relações política, econômica, jurídica e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Portanto, o racismo é tão invisibilizado na escola, por práticas, que aos nossos olhos são normais, que trata a todos como iguais de direitos e deveres, não falar do tema, não identificar os alunos negros ou eles mesmo escolherem um branqueamento, que nos é ofertado em nossa certidão de nascimento, como no meu registro de nascimento minha definição de cor é “morena”, quase vinte anos na escola, constatando as catalogações das cores que aparece nos registros dos alunos, não tinha ciência que fazia parte do resquício de uma política de branqueamento,

silenciosamente apagando toda a história que nos liga a negritude e a uma cultura afrodescendente.

CAPÍTULO 2

2 FAZENDO CONEXÕES PROJETOS, CONCEITOS E AÇÕES AFIRMATIVAS

O estudo desenvolvido aborda o projeto de ação educativa que combate o preconceito contra a mulher, os indígenas e negros, desenvolvido na Escola Pedro Álvares Cabral. Os envolvidos no projeto estão ligados à parte da população em desvantagem social, afetados por comportamentos discriminatórios e preconceituosos pelo grupo dominante.

Primeiramente, o preconceito contra mulher, indígena e negro no Brasil é histórico, tem a ver com a própria formação do povo brasileiro e como foi formulado a imagem da mulher, do indígena e negro pelos meios de comunicação e instituições da sociedade brasileira e difundido, inclusive, pelos livros didáticos. Como ressalta a autora Silva (1987) em uma análise dos livros didáticos, a primeira visão era de tolerância, conforme a legislação brasileira, mas ao analisar os papéis onde foram colocados o índio como selvagem, ingênuo e dócil, e o negro em primeiro plano aparecem os esportistas, possivelmente, Pelé em segundo plano, figuras folclóricas como Saci Pererê. Ou seja, os papéis onde foram colocados eram marcados por preconceitos e estereótipos inferiores. Não contava a contribuição do índio e do negro para formação do Brasil. Isso também se aplicava à mulher no papel de mãe, santa e dócil, dependente da figura masculina. Para superar essa discrepância em relação à mulher, índio e negro, excluídas da participação nos assuntos políticos, as Nações Unidas adotaram em 20 de dezembro de 1952, uma convenção para o reconhecimento dos direitos do grupo. Ressaltando Comparato (2019).

Artigo 26: Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.

Artigo 27: Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria

vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua. (COMPARATO,2019, p.328)

O tema dos dois artigos é o combate à discriminação. O Artigo 26 iguala as diferenças de sexo, língua, religião, econômica, social ou cultural para manter a proteção da lei contra a discriminação. Já o Artigo 27, respeita as diferenças das minorias, em manter sua diferença na cultura, religião e língua, protegendo essas diferenças da discriminação racial. No entanto, na prática, não funciona porque onde há racismo não há espaço para igualdade. Outro ponto a considerar no Brasil, é o aparelhamento do Estado para favorecer o racismo implantado após a abolição da escravatura, pois, foram considerados cidadãos livres mais sem uma garantia de direitos sociais como no mínimo emprego, ao contrário, foram importados levas de trabalhadores brancos para assumirem seus postos de trabalho no momento que passou a ser renumerados, com objetivos claros de continuar a política de branquear a população e manter mercado. Já que naquela época, o Brasil era um grande produtor de açúcar e existia uma ampla campanha para o clareamento da população alegando várias categorias de preconceitos contra a população negra da época, como a teoria do branqueamento que não era mais que uma teoria racista, o qual Abdias do Nascimento(1978), denominava genocídio do negro brasileiro e um racismo mascarado à medida que foi implantada através da violência da mulher negra pelo homem branco para gerar filhos branco, além disso, implantou na cabeça dos negros um sentimento de inferioridade. Por isso, o surgimento do pardo, mulato, ou seja, a classificação de cor para os negros.

A Constituição brasileira de 1988 reconhece a diversidade cultural do país, mas não proibiu o preconceito. Somente após forte pressão do movimento negro ao governo, em 1989 conseguiu que a Lei nº 7.716, que torna o racismo crime inafiançável fosse promulgada. No entanto, revelou-se insuficiente para acabar com a estrutura ideológica e política do racismo, pois, no Brasil existe uma discriminação velada, também identificada pelo autor Sílvia Almeida (2019) “denomina como direta e indireta”, criando obstáculo para as mulheres, índios e negros sendo uma maneira de manter um grupo no poder e outro à margem das garantias sociais, a chamada exclusão social. Conforme cita Almeida (2019) “uma das características do racismo é a dominação de um determinado grupo racial sobre outro”(ALMEIDA,2019,p.58).

No entanto, os grupos excluídos geralmente são as mulheres, índios e negros submetidos à Necropolítica, conceito de Achille Mbembe (2016), baseada na Biopolítica de Michel Foucault, exercício do poder sobre a vida e a morte dos indivíduos. Em seu livro *Vigiar e Punir*, Foucault (1987), fala do controle das pessoas e do corpo através da técnica da disciplina, objetivando tornar corpos dóceis onde pudessem ser explorados pelo capitalismo, em simultâneo, era uma forma de controle da população pelo Estado, já que ele consegue controlar as vidas das pessoas, até mesmo em relação aos indivíduos que devem viver e as que devem morrer.

A relação entre os autores está em revelar o racismo do Estado para controle das populações consideradas indesejadas ou inimiga, às quais será aplicada a necropolítica, isto é, a política da morte. Para Mbembe (2016), a necropolítica é uma política que determina como as pessoas vão viver e quem vai viver. Para ele, a morte sempre fez parte da política da dominação de certos grupos, como as pessoas escravizadas, e hoje os negros, afirmando que:

Em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2016, p.128)

Em sua análise, Mbembé (2016), faz referência a Foucault (1987), que ressalta o racismo e permite o exercício do extermínio do outro pela questão da diferença ou da classificação, a qual foi submetido as pessoas negras, que na atualidade ainda é muito recorrente no Brasil, quando comparamos a taxa de morte de pessoas negras com brancas ou taxa de analfabetismo. A meu ver, existe uma exclusão de pessoas negras da escolarização, sendo uma forma de morte também, a morte social do indivíduo, enquanto membro de um grupo social. Outro ponto a considerar é a escola enquanto instituição democrática, não conseguir obter sucesso com toda a sua clientela independentemente da cor, ou da classe social que a mesma pertença. Ou essas pessoas estão sofrendo uma classificação intencional para não obter sucesso na escolar, no que Bourdieu (2007) referia-se ao “dom natural”, enquanto as pessoas das elites parecem ter um dom natural para o estudo, os filhos dos pobres ou da classe trabalhadora não têm aptidão para o estudo, sem dom natural ou foram a vida toda, desencorajados, estigmatizados, boicotados em sua jornada escolar.

Em suma, estamos numa sociedade, onde a educação não é definitivamente estendida a todos, com equidade e igualdade de direito, porque se fosse, não precisaríamos de ações afirmativas, para garantir os direitos de índios e negros à uma educação de qualidade. Além disso, os filhos da elite contam com capital econômico e capital cultural para contribuir em sua jornada escolar. Bourdieu constatou em sua pesquisa sobre educação que os alunos das classes abastadas contavam com esses ativos para o sucesso em sua jornada escolar.

Segundo Bourdieu (2007), a “escola é reprodutora da desigualdade social” (BOURDIEU, 2007, p.53) à medida que todos são submetidos ao mesmo método pedagógico, ao mesmo sistema de avaliação, sendo que os alunos são de diferentes classes sociais e culturais, ou seja, a igualdade perpétua a desigualdade social, na escola, inclusive, na rede pública de ensino. Retornando as nossas inquietações sobre a questão do preconceito partindo dessas reflexões de Bourdieu (2007) existe uma classe privilegiada, com vantagens adicionais para adquirirem êxito na escola pública, outra já entra com limitação, onde com certeza estão os menos favorecidos, as minorias. Em contrapartida, Foucault (2008), analisa, a escola como espaço em que a política de disciplinamento dos corpos é aplicada, falando do poder disciplinar utilizado na escola para controle e classificação. Ao mesmo tempo, para ele, o poder estava disseminado nas relações sociais, o poder está no discurso de um grupo sobre outro, então o racismo seria um discurso do estado para objetivar a eliminação de grupos considerados inferiores. Também uma forma desses espaços públicos predominantemente serem sempre ocupados por pessoas brancas, por isso a invisibilidade do negro em papéis sociais que representam ou estão ligados ao poder e ao conhecimento.

Enquanto isso, para garantir a ocupação desses espaços por pessoas negras, elas precisaram de uma Lei como a de cotas para acesso a determinadas universidades públicas, que abriram as portas desses lugares de poder, porém não solucionou o problema do racismo, já que ele está enraizado nas instituições sociais, mais deu oportunidade para que jovens negros e indígenas ocupassem esses espaços de poder e reescrevesse uma nova política educacional voltada para as minorias menos favorecidas.

Portanto, o preconceito tem raízes na história da sociedade quando ela constitui uns para serem dotado de privilégio e outros as margens de garantia sociais, entre os quais, estão os negros e os indígena, um exemplo clássico é a própria

escravidão. O combate ao racismo veio por lei criminalizando o preconceito. Para Foucault (1987), o racismo era uma política de controle do Estado sobre os corpos negros.

Entre os muitos episódios que vivenciamos de racismo, escolhemos um fato para descrever, já presenciado na escola Pedro Álvares Cabral. Uma aluna resolveu soltar o seu cabelo, para ir à aula, e uma determinada professora pediu que quando viesse à escola amarrasse seus cabelos, a aluna foi ao Serviço de orientação especializada (SOE), sendo o setor pedagógico e, conta o ocorrido na sala de aula. Na escola pública da rede estadual de ensino tem um regimento que funciona regendo todas as regras de comportamento dos alunos, professores e demais servidores. Na questão dos alunos, traz a obrigatoriedade da farda (uniforme), mas não fala nada sobre como deve estar o cabelo das alunas. Sendo assim, por que o incômodo da professora com o cabelo solto da aluna? Na época, a professora alegou que poderia atrapalhar na aprendizagem da aluna, mas com certeza, aquele cabelo crespo identificava sua cor e sua origem. Na época, eu já era estudante de Antropologia e percebi que a menina estava vivendo um processo de autoafirmação de sua identidade, ignorava quem não gostava de seu cabelo e não queria amarrar, chapar ou alisar, como é normalmente feito por outras moças de sua idade e incentivado pela mídia. Em relação ao comportamento da professora foi uma atitude inconsciente, pois, fomos moldados em padrões (beleza) e comportamento pela ideologia dominante e a escola reproduz esses padrões através do processo educacional. Talvez seja de propósito para manter as estruturas sociais estáveis ou irrevogáveis. Como afirma Bourdieu (2007) em seu escrito sobre educação, que fala que a escola é responsável pela perpetuação da desigualdade social.

Sobre isso, já nos falava Paulo Freire (2003), a escola reproduz e ensina aos estudantes à ideologia dominante, ele afirmava que o modelo de educação adotada na sociedade brasileira produz exclusão, desigualdade e miséria, além de manter a submissão das classes populares a elite dominante (apud MACIEL, 2011, p 328.). Ou seja, a educação serve a classe dominante, mesmo a patrocinado pelo Estado, como caso das escolas públicas e universidade pública, Paulo Freire foi fundador da pedagogia libertadora, que propõe ao homem o pensar crítico da sua condição social, em benefício de liberta-se das amarras sociais. Essa proposta foi utilizada com trabalhadores rurais analfabetos, mais o que repercutiu, foi o fato de pensar na educação como um processo emancipatório e propor uma ação contra a

hegemonia de grupos dominante. Por isso que na atualidade, constatamos as críticas a Paulo Freire como o destruidor da educação brasileira, pois a partir desse fio condutor e as lutas das comunidades negras, que hoje, temos na universidade alunos negros, provindos de quilombos ou não. Essa escola ou universidade não era espaço para negros, índios ou pobre.

Atualmente, a organização e execução de um projeto dentro de uma escola pública voltado para o combate ao preconceito racial, são reflexos das ações promovidas pela Universidade Pública Federal oeste do Pará (UFOPA), que possuem discentes quilombolas e indígenas matriculados nesta instituição e, projetaram uma ação educativa voltada para ações afirmativa junto ao Ministério Público Federal do Pará, para ser executada nas escolas públicas. Esse coletivo está ciente do processo histórico que viveu o negro e o indígena de preconceito e discriminação.

Segundo Almeida (2018) “a discriminação racial é atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados, tem como requisito fundamental o poder” (ALMEIDA,2018, p. 25). Nesse processo de discriminação, o Estado enquanto poder, foi utilizado no primeiro momento a favor da discriminação com leis que beneficiavam o agressor, por exemplo, a escola, antes pessoas negras não tinham acesso à escolarização. Logo depois para enfrentar a problemática da discriminação na questão do direito, o Estado entra com duas estratégias para combater o preconceito, a punitiva (leis punindo o agressor) e a compensatória ou promocional (promovendo a igualdade com leis compensatórias). Note como o Estado foi utilizado para manter o poder de uma classe sobre a outra. Que na perspectiva de Foucault (2008), chamava relações de poder, que através de seus mecanismos atua como uma força coagindo, controlando e disciplinando os indivíduos. Suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social através de instituições.

2.1 As políticas de ações afirmativas- um direito

Os projetos desenvolvidos na escola fazem parte também de ações afirmativas desenvolvidas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sendo uma ação de alunos indígena e quilombolas que chegou as outras instituições públicas, por ações educativas voltada para o combate ao preconceito contra mulher, aos índios e aos negros afrodescendentes. Os primeiros projetos dessa ação

aconteceram dentro da UFOPA, já com entrada de alunos indígenas e quilombolas por processo diferenciado de seleção. Após esse processo de entrada dos alunos indígena e quilombola, a universidade passou por conflito de adaptação da universidade com esses novos grupos, fato esse que gerou e ainda continua gerando episódios de racismo. No entanto, o que seria para intimidar, os fortaleceu, resultando a organização dos estudantes seja elas/eles indígenas, quilombolas e negras/negros. Hoje na UFOPA, há o Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) o Coletivo de Estudantes Quilombola (CEQ) e o Coletivo Negro Alessandra Caripuna.

Destaca-se ainda que o racismo institucional e o racismo individual são às duas formas que podem impedir e dificultar a implementação de um conjunto de políticas públicas afirmativas de combate ao racismo (HENRIQUES; CAVALLEIRO, 2005). Em contrapartida, para evitar que o racismo predominasse na UFOPA, em abril de 2014, foi criada a Diretoria de Ações Afirmativas como parte da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil. Foi essa diretoria, juntamente com estudantes indígenas, quilombolas e negras (os) que ampliou a discussão do combate ao preconceito e o racismo contra a mulher, o índio e o negro para outros espaços públicos como as escolas públicas do Estado do Pará.

Políticas de ações afirmativas são um conjunto de mecanismos legais voltado para combater a discriminação, seja ela de raça, sexo, política ou religiosa nas instituições voltada para às áreas social, educacional e outras afins de eliminar as desigualdades sociais. (TOBIAS, 1986). Na área da educação, colocando o processo histórico brasileiro em perspectiva, os negros, indígenas, além das mulheres, foram excluídos da educação formal, em vários momentos e, até hoje, ainda sofrem com essa falta de igualdade de oportunidade

De forma breve descrevo como nasce uma política de ação afirmativa: após a leitura de um diagnóstico sociocultural histórico, há a comprovação estatística das desigualdades existentes e da necessidade de reparos. Após o diagnóstico e o planejamento de uma política de ação afirmativa, os gestores governamentais encaminham a legislação, monitoram sua aprovação e implementação.

Esta ação criada a partir de um processo dialógico entre Ministério Público do Estado, através da Promotora de Justiça de Santarém Lílian Regina Furtado Braga e estudantes indígenas da UFOPA, é um caso exemplar de um processo político, histórico e educativo para propiciar inclusão, tendo o entendimento dos alunos indígenas da UFOPA que o racismo sofrido por eles nos muros da universidade é um

processo educativo que precisa ter início na base, nas crianças de Santarém, nos seus primeiros passos nas escolas públicas. Uma ação afirmativa não deve ser vista como algo paternalista ou que cria dependência. Neste caso, ela foi fruto de uma organização dos movimentos sociais que sofrem na pele e no dia a dia a violência que o preconceito e racismo produzem. Elas são ações necessárias para a correção de desigualdades. Tão logo estas desigualdades desaparecem, a adoção de ações afirmativas deixa de ser necessária (PROEXT-UFAM, 2018)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar através do trabalho desenvolvido, a importância de termos ações afirmativas nas escolas para que a discriminação seja cada vez mais substituída pela tolerância e aceitação, visto que somos formados por uma sociedade diversificada, seja em questões de gênero, raça ou etnia. Propondo assim, uma construção de uma distribuição equitativa de bens e oportunidades, permitindo a ampliação da mobilidade social ascendente. Fazendo com que, mesmo de forma reduzida, os caminhos percorridos por indivíduos desses grupos minoritários sejam frutos de sua escolha e não de suas circunstâncias.

Para o desenvolvimento da análise do presente trabalho, foram inicialmente observadas a execução dos projetos na escola Pedro Álvares Cabral no ano letivo de 2019 de modo a se responder ao primeiro objetivo específico dessa pesquisa. Depois, conforme a pesquisa realizada entre os professores que colaboraram para a realização dessas ações, verificou-se a opinião sobre a realização das atividades na instituição através de um questionário fechado.

Em seguida, com os resultados da pesquisa, pôde-se comparar as práticas da escola com a opinião dos professores (10 indivíduos) e, assim, identificar a satisfação dos mesmos e pontos importantes como a existência do preconceito no ambiente escolar. Desse modo, verificou-se que a escola Cabral desempenhou com sucesso os projetos, pois cerca 80% dos funcionários entrevistados classificaram como “bom” em uma escala de conceitos: excelente, bom, regular e ruim. Quando questionados a respeito das contribuições do projeto na escola, 50% dos entrevistados consideraram relevantes, 30% bom e 20% excelente. Sendo assim, considera-se que a implantação de ações afirmativas na instituição segundo o corpo docente tem impacto positivo para a educação dos alunos e com isso vislumbrou-se uma direção específica a seguir para as próximas ações. Em relação à identificação

de conhecimento adquiridos com os projetos, foram entrevistados 6 alunos (3 do gênero feminino e 3 do gênero masculino) que participaram das atividades que integravam os projetos. As entrevistas ocorreram 2 anos após a execução dos projetos. Optou-se pela técnica de questionário aberto na pesquisa educacional, pois permitiu que as respostas pudessem ter mais liberdade para a avaliação dos informantes como também a facilidade de permitir o uso de linguagem própria dos entrevistados.

A pesquisa como os estudantes mostraram que estes percebem que tais ações são desenvolvidas com o propósito de combater ações discriminatórias no meio escolar. No entanto, verificou-se que nenhuma medida foi tomada pela escola para analisar se esta forma de aquisição de conhecimento tem sido eficaz no dia a dia de convívio escolar. Essa pesquisa vem sugerir com a possibilidade de analisar outras formas de aquisição do conhecimento, especificando suas vantagens, desvantagens e formas de mensuração dos resultados alcançados. Na questão referente ao desenvolvimento de conhecimento, sobre cada um dos projetos, abriu-se espaço para os alunos expressarem suas ideias em relação aos temas: Empoderamento da Mulher, Combate ao preconceito Indígena e o Combate ao Preconceito Racial. Assim, através da pesquisa com os estudantes, foram encontrados resultados como:

- a) A percepção da importância de debate das temáticas;
- b) Os relatos pessoais dos estudantes em relação aos preconceitos, e “bullying” no ambiente escolar;
- c) A conscientização diante da diversidade cultural e social que compõe nossa sociedade

Percebeu-se que alguns alunos se sentiram representados de alguma forma, o que contribuiu que estas ações fossem uma fonte de ajuda para o desenvolvimento do respeito no espaço escolar. Também, os alunos concordaram serem necessários mais projetos como estes, haja visto que quase sempre no próprio ambiente familiar falta conscientização a respeito de situações discriminatórias.

Desse modo, mediante a análise das práticas das atividades desenvolvidas no colégio Cabral com relação ao desenvolvimento de conhecimento e a análise das respostas dos estudantes à pesquisa, conclui-se que a escola tem procurado desenvolver formas de identificar, adquirir, desenvolver e compartilhar conhecimento sobre as temáticas como visto anteriormente. No entanto, estas práticas ainda não se

encontram totalmente integradas para desenvolver mais atividades de conhecimento no dia a dia do convívio em sala de aula.

Destarte, conclui-se que essas ações afirmativas desempenham importante papel no combate à desigualdade social e às segregações, permitindo que pessoas de origens distintas alcancem espaços de influência no âmbito educacional, político, econômico, socioprofissional e cultural. Mostramos através desse trabalho que não se trata de concessão de benefícios ou privilégios, mas da efetivação de direitos assegurados pela Constituição. A princípio, pode parecer que essas ações são vantajosas somente para os indivíduos que, por meio delas, alcançam novos espaços. Todavia, as instituições e a sociedade também saem fortalecidas desse processo.

Elas não surgiram por acaso, pois são resultados de lutas sociais estabelecidas ao longo de nossa história. No Brasil, o modelo das ações afirmativas tem evoluído, através de leis que amparam e promovem a integração das classes menos favorecidas, mas faz-se necessário que o movimento das ações afirmativas seja reconhecido e defendido pela sociedade para combater o pensamento conservador das elites que tentam preservar a comunidade como um espaço marcado pelo privilégio de poucos. Além de criar mecanismo para que as escolas promovam estudos e ações voltados para o combate ao preconceito, já que ela é um local de divulgação do conhecimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. In: **Escritos de educação**. 2007. p. 251-251.
- CANÇADO, M. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 23, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639221>. Acesso em: 10 fevereiro 2022
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de educação**, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. 1971.
- COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. Saraiva Educação SA, 1999.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete, Petrópolis, Vozes, 1987.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- GRISA, Gregório Durlo. **Pensando o significado das cotas sociais e raciais nas universidades públicas brasileiras**. Porto Alegre, 2008.
- HARAYAMA, Rui Massato et al. Interinstitucionalidade e intersetorialidade na produção da cartilha de combate ao racismo e a discriminação contra estudantes indígenas nas escolas públicas de Santarém/Pa: Vivências, formação e proposições. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 31, 2021.
- HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Artes & Ensaio. Revista do ppgav. eba.ufrj.n.32, dezembro 2016.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: LACED, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Brasil, v. 1, n. 8, p.1-24, abr. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em: 09 fevereiro de 2022.

PNAD, IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=29652&t=downloads>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

PROEXT-UFAM. **Sobre ações afirmativas e comunidades tradicionais**. Universidade Federal do Amazonas. 2018.

SANTA FÉ, C. **Por Que Precisamos De Políticas Públicas Assertivas Na Consolidação De Uma Sociedade Da Informação No Brasil?** Fatec, 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. 2005.

SHOR, I.; FREIRE, P. **A pedagogy for liberation: Dialogues on transforming education**. Greenwood: Publishing Group, 1987.

SILVA, A. L. A questão indígena na sala de aula. Subsídios para professores de 1º e 2º graus. **São Paulo: Brasiliense**, 1993.

SILVA, G.; SILVA, A. V.; SANTOS, I. M. O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. **Revista Exitus**, n. 9, v. 1, p. 258-285., 2019.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. In: **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 2010.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. Editora Juriscredi, São Paulo, 1986.

VAZ FILHO, F. A. As comunidades Munduruku da Flona Tapajós. In: FANI, R. **Terras indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das superposições**. São Paulo: ISA, 2004.

VAZ FILHO, F. A. Povos indígenas e Etnogênese na Amazônia. In: SANTOS, L. G. HOFFMANN, M. B. **Olhares Indígenas Contemporâneas**. Brasília: CINEP, 2010.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 1, p. 79-98, 2019.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, pp. 609-634, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300005>. Acesso em: 10 fevereiro 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA - PAA

Prezado aluno(a) necessito de sua colaboração respondendo esse questionário que faz parte de minha pesquisa de conclusão do curso de Antropologia. Desde já agradeço por sua colaboração.

1. Nome completo
2. Quantos anos vc tem hoje?
3. Você ainda lembra dos projetos executados no ano letivo de 2019? Sobre o projeto Empoderamento da mulher , fale sobre o que você aprendeu e sua opinião sobre o tema.
4. Sobre o segundo. Projeto era combate ao Preconceito Indígenas, fale o que vc aprendeu com esse projeto, tipo tem mesmo preconceito contra alunos indígenas ou pessoas indígenas no espaço escolar.
5. Sobre o terceiro. Projeto Combate ao Preconceito Racial, o que vc aprendeu com o Projeto, tem mesmo preconceito contra alunos negros dentro da escola.
6. Quais às contribuições desses projetos para o conhecimento dos alunos sobre a questão do preconceito
7. Você já foi vítima de preconceito no ambiente escolar? Se sim, que tipo de preconceito você sofreu durante sua jornada escolar?.
8. Quais às mudanças sentidas e praticadas com a execução dos projetos voltados para o combate ao Preconceito no seu ponto de vista?.

APÊNDICE II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA - PAA

Prezado professor(a) necessito de sua colaboração respondendo esse questionário que faz parte de minha pesquisa de conclusão do curso de Antropologia. Desde já agradeço por sua colaboração.

1) Caracterização do entrevistado

Sexo: () Masculino () Feminino () Outros

Idade: () 30 anos () 40 anos () de 50 anos para cima

2) Em relação ao ano letivo 2019, como você avalia o Projeto Empoderamento da mulher?

() Excelente () Bom () Regular () Ruim

3) Em relação ao ano letivo 2019, como você avalia o Projeto Combate ao Preconceito Indígena?

() Excelente () Bom () Regular () Ruim

4) Em relação ao ano letivo 2019, como você avalia o Projeto Combate ao Preconceito Racial?

() Excelente () Bom () Regular () Ruim

5) A contribuição do Projeto para a sua aprendizagem.

() Relevante () pouco relevante () Excelente () Bom

6) Você acha que existe preconceito na escola?

() Sim () Não () Talvez

ANEXOS

ANEXO I



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ESCOLA E. E. F. M. PEDRO ALVARES CABRAL – INEP 15011666



SEMANA DO EMPODERAMENTO FEMININO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EMPODERAMENTO FEMININO:

**Igualdade de oportunidade, inclusão,
não discriminação, segurança e fim da violência.**



Período: 07 a 14 de março de 2019

I. APRESENTAÇÃO

Este relatório traz os registros das ações desenvolvidas pela Escola Estadual Pedro Álvares Cabral em referência à SEMANA DO EMPODERAMENTO FEMININO, no período de 07 a 14 de março de 2019.

As ações aqui registradas são resultado do esforço coletivo dos diversos segmentos da comunidade escolar, especialmente dos discentes, docentes, gestores e especialistas em educação. Tudo o que fora desenvolvido teve como abordagem principal o **Tema: EMPODERAMENTO FEMININO: IGUALDADE DE OPORTUNIDADE, INCLUSÃO, NÃO DISCRIMINAÇÃO, SEGURANÇA E FIM DA VIOLÊNCIA.**

Um tema bem abrangente e que teve, entre outras abordagens, o esclarecimento e divulgação da **Lei Maria da Penha**, a Pesquisa e socialização sobre a contribuição de muitas mulheres para o desenvolvimento da sociedade e da humanidade e a própria valorização e reconhecimento das mulheres que convivem conosco no dia a dia, na sala de aula, na escola, na família.

Outra abordagem de destaque foi o **Feminicídio**, com socialização de informações em palestras, rodas de conversa em sala de aula, produção de textos, entre outras atividades coordenadas pelos professores.

Importante destacar que a nossa sociedade brasileira foi montada sobre as bases do patriarcalismo, onde por anos a prioridade era o homem, aos quais eram dadas todas as condições de desenvolvimento social e educacional. Ou seja, o homem tinha acesso à escola; o homem era o único que herdava as posses da família. A mulher era desprovida de direitos. Hoje precisamos reverter esse quadro com ações na Educação e assim contribuir com Empoderamento das Mulheres em todos os setores da vida moderna.

É nesse contexto que a escola Pedro Álvares Cabral, assumindo a sua missão de contribuir na educação e na formação cidadã das crianças e jovens, desenvolveu as ações do projeto, em respeito e valorização dos direitos das mulheres, contribuindo para uma convivência pacífica e que motive a redução da violência contra as mulheres.

II. OBJETIVOS:

Geral:

✓ Discutir políticas de Empoderamento das mulheres através de ações educativas em conjunto com a comunidade escolar.

Específicos:

✓ Refletir conceitos de Empoderamento, sociedade patriarcal e Hierarquia de gênero.

✓ Conhecer conceitos básicos: sexualidade, diversidade sexual, misoginia e feminicídio, direitos das mulheres.

✓ Pesquisar sobre as lutas e conquista das mulheres e a Lei Maria da Penha.

III. DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES:

“Empoderamento é a capacidade do indivíduo realizar as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer” (Paulo Freire).

Empoderar-se é um processo emancipatório em que o indivíduo dá poder a si mesmo para viver a sua escolha. Welzel nos explica que para um indivíduo se empoderar, é necessário que se faça presente 3 fatores:

Capacidade: EU CONSIGO. Significa que a pessoa tem os recursos materiais e conhecimentos necessários para ser protagonista do seu destino.

Possibilidade: EU POSSO. Significa que existem instituições formais que permitem a liberdade de expressão individual. Estamos falando de instituições democráticas.

Motivação: EU QUERO. Significa que liberdade de expressão e igualdade de direitos são valorizados e luta-se para mantê-las. Ou seja, o indivíduo quer ser autônomo e responsável pelo seu destino.

CRONOGRAMA

<u>DATA</u>	<u>DATALHAMENTO</u> <u>/PROCEDIMENTO</u>	<u>TURMA</u>	<u>RESPONSÁVEL</u>
07 a 14/03, estendendo-se até o final do mês de março.	Roda de conversa: Estudo da Cartilha sobre o Empoderamento Feminino.	Todas as turmas do Fundamental e Médio da escola	<u>Monitores das turmas</u>
04 a 07/03/19	Produções de texto; Pinturas; desenhos	Turmas do Fundamental Manhã e Tarde	Profª de Ens. Religioso e Inglês
04 a 07/03/19	Dramatizações Apresentação de casos de feminicídios, com representações das vítimas e das agressões;	1º ano tarde	<u>Profa de Artes</u>
04 a 07/03/19	Representação de como surgiu a lei MARIA DA PENHA e o amparo às vítimas.	1º ano tarde	Profa de L. Portuguesa – 8º Ano

<u>04 a 08/03/19</u>	Filme: Dumplin – O filme passa a mensagem de amor próprio, de mulheres fora do “padrão” e que superaram as diversidades. - Autoimagem X autoestima - Preconceito e violência Psicológica - Padrões de Beleza e Individualidade.	Turmas do Fundamental Manhã e Tarde	Profa de L. Portuguesa e Ed. Física
<u>13/03/19</u>	Palestra *Aldenize Ruela- vice-reitora da UFOPA - tarde	3º Ano Tarde	Direção e Coordenação Pedagógica
<u>14/03/19</u>	Apresentação da Biografia e Desfile: Mulheres que mudaram o mundo: 1. Malala Yousafzai 2. Madona 3. Tarsila do Amaral 4. Marta (jogadora) 5. Roberta Close 6. Maria da Penha 7. Maria Lenk 8. Chiquinha Gonzaga 9. Zilda Arns 10. Carmem Miranda 11. Dandara (mulher do Zumbi) 12. Dica Frazão	1º Ano Tarde	<u>Profa de Artes</u>
<u>14/03/19</u>	Cordel: Lei Maria da Penha	6º Ano Tarde	Profa de L. Portuguesa
<u>14/03/19</u>	Música: Maria, Maria (Milton Nascimento)	8º ano Tarde	Profa de L. Portuguesa
<u>14/03/19</u>	Participação de mulheres com seus testemunhos de vida e atuação social		Profa de Artes
<u>14/03/19</u>	Palestra com o tema geral: “Empoderamento feminino: igualdade de oportunidade, inclusão, não discriminação, segurança e fim da violência” - Palestrante * Andreza Alves– Delegada da Mulher – manhã e tarde	Todas as turmas do Fundamental e Médio da escola	Direção e Coordenação Pedagógica

AVALIAÇÃO

Será realizada observando a participação dos envolvidos e o desempenho escolar em todas as fases do projeto.

ANEXO II



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
5ª UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL PEDRO ÁLVARES CABRAL

Caracterização do Projeto

Tema: **Despertando o respeito aos indígenas na escola**



Público alvo: alunos da Escola

Responsáveis: Direção, Coordenação Pedagógica, professoras (as) e Sociologia, Geografia, estudos Amazônicos.

Local: Sala de aula

Período: 21/03 a 18/06/19

Horário: No horário das aulas das Disciplinas, no Auditório no GDA (Grupo de Defesa da Amazônia) e no Ginásio da Cidadania.

JUSTIFICATIVA

A Escola PEDRO ÁLVARES CABRAL em ABRIL realizará a Semana de Combate ao Preconceito Indígena, atendendo ao acordo Judicial entre SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (SEDUC) e MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTARÉM (MPF), com o objetivo de sensibilizar a comunidade estudantil, a uma reflexão da história indígena brasileira, contada por indigenista e indígena, e a relatada pelos colonizadores, no início da ocupação, a atual realidade dos povos indígena brasileiros, os quais contrapõe-se a história dos colonizadores, com relatos “ nossas terras foram divididas pelos invasores que exploraram nossa riquezas. Tentaram nos escravizar, usurparam nossas línguas, até hoje nossas terras continuam disputada por interesse ligado ao capital”. Já ciente que os povos indígenas são os verdadeiros autores de sua história, a Semana de Combate ao Preconceito Indígena, pretende trazer a luz os preconceitos inseridos pelos colonizadores do Brasil. Como afirma, Aracy Lopes Silva (1987, p9) “Quase toda a historiografia oficial, da qual os livros didáticos são meros resumos de divulgação, é a história contada pela ótica do branco opressor”.

.O presente projeto pretende despertar nos alunos a importância do Índio para a formação e identidade da nação brasileira, promovendo por meio de seminários, roda de conversa, palestras, danças, comidas, bebidas, o respeito à diversidade humana, a diminuição do racismo e do preconceito, para que percebam que essa história, é a nossa história, a história de nossas próprias raízes, cultural e biológica.

OBJETIVO

GERAL

- Abordar a história do movimento indígena, visando despertar nos educandos o respeito à diversidade

ESPECÍFICOS:

- Conhecer a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas.
- Apreciar narrativas indígenas sobre sua história de luta contra a invasão de suas terras.
- Interpretar o preconceito indígena como herança da colonização.
- Identificar a organização, as lutas, as resistências e as conquistas do movimento indígena;
- Mostrar a herança cultural dos Índios através de dança, teatro, música, poemas e a culinária ;
- Apresentar a beleza indígena através de desfile de alunos da turma;

METODOLOGIA: O projeto será desenvolvido em etapas, direcionados pelos professores das Disciplinas da escola. No primeiro momento as atividades serão de pesquisas bibliográfica e de campo, depois serão realizadas Palestras, atividades práticas, como pinturas indígenas, e o encerramento cultural será com a dança Tribal na festa junina da escola apresentada pelos alunos do ensino Médio, sob a Coordenação da Professora de Ed. Física.

RECURSOS: Data show, notebook, papel chamex, fita gomada, celular, livro didático, entre outros.

CRONOGRAMA

PERÍODO	ATIVIDADES	TURMA	RESP.
21/03/19	Apresentação do projeto pelos professores		Coord. Ped./ prof. de Sociologia, Filosofia e Literatura
25/03/19	Seminário: A história do movimento Indígena, suas lutas e conquistas ao longo da nossa história. * A organização do movimento * As lutas * As resistências * As conquistas	Turmas do 1º Ano	
15/04/19	Palestra: Diminuindo o Preconceito Indígena em sala de aula. Área da Escola e Auditório do GDA. Pinturas Indígenas, comidas, entre outros. Integrantes do Grupo de Consciência Indígena - GCI	Turmas do 1º Ano tarde	
16/04/19	Texto reflexivo, seguido de desenhos livres com o tema em sala de aula.	Turmas do 6º ao 9º Ano. Manhã e Tarde	

17/04/19	Documentário: Amazônia	Turmas do 8º ano Manhã	Biblioteca escolar
17/04/19	Produção de texto acerca do tema, a partir das pesquisas realizadas pelos alunos. Pinturas Indígenas, comidas, entre outros. Integrantes do Grupo de Consciência Indígena - GCI	Alunos dos 1º Anos manhã	
10 a 31/06	Atividades práticas e culturais, músicas, dança, teatro, culinária e desfile da beleza Indígena, área da escola.	Intervalão com alunos de todas as turmas, turnos manhã e tarde	
07/06/19	Encerramento Cultural: Dança Tribal na Festa Junina da Escola.	Alunos do Ensino Médio	
18/06/19	Redação do 2º Bimestre, Tema: Diversidade	Alunos de todas as turmas, manhã e tarde	

AVALIAÇÃO

Será realizada observando a participação dos envolvidos e o desempenho escolar em todas as ações desenvolvidas.

ANEXO III

“ESTÃO DESAPARECENDO”

A tentativa de integração dos nativos à sociedade branca (colonizadora) e todas as formas de preconceito massificaram as ideologias de negação de identidade, geraram vergonha e medo e na afirmação das identidades indígenas. A própria escola, por meio dos livros didáticos, disseminou e fortaleceu o preconceito contra os nativos ao longo da história deste país.

NÃO TEM CARA DE “ÍNDIO”

Tem-se enraizado na sociedade em geral um estereótipo do indígena como se fossemos todos iguais: cabelos negros e lisos, pele morena, olhos pequenos e puxados, livre de pelos no corpo. Nem mesmo no ano de 1500 éramos todos iguais e muitas diferenças chamaram inclusive atenção dos cronistas das expedições colonizadoras. Havia diferenças nos tons de pele, bem como na cor, espessura e forma dos cabelos, até na obliquidade dos olhos, altura etc. Esperar que 500 anos depois da chegada do colonizador o indígena tenha uma única “cara” é uma ideia racista, além do mais muitos brancos e negros cruzaram com o sangue indígena nesse período inevitavelmente, por isso o indígena de hoje pode não corresponder aos estereótipos e isso não nos faz menos “índios”.



PARA SE DESPDIR

Nossas terras foram divididas pelos invasores portugueses e espanhóis que exploraram o pau-brasil, o ouro e todas as nossas riquezas. Tentaram nos escravizar, usurparam nossa língua e ainda hoje todas as Terras Indígenas continuam sendo disputadas por interesses ligados ao capital.

Nossos direitos não são respeitados, mas continuamos resistindo e lutando para manter nossa Território no âmbito da Educação escolar nas nossas aldeias fortalecemos nossas culturas e tradições, ensinamos os saberes para os nossos filhos e revitalizamos a nossa língua.

É importante reconhecer a contribuição dos Povos Indígenas para a sociedade mundial: a domesticação da mandioca é o aproveitamento de várias plantas nativas na alimentação e cuidados com a saúde. Difundiram o uso da rede de dormir, o banho diário e práticas específicas de sobrevivência. Legaram ao nosso vocabulário aproximadamente 20 mil palavras, como nomes de lugares, pessoas, plantas, animais. Muitas de suas Lendas e Mitos constituem o folclore brasileiro.

A diversidade de culturas compõe um rico mosaico de tradições, línguas e visões de mundo. É preciso reconhecer e respeitar os Povos Indígenas com suas histórias, culturas, tradições e saberes que lhes são específicos e repassados por seus ancestrais através das gerações por meio da memória oral.

Nós, os Povos Indígenas do baixo Tapajós estamos vivos e lutamos contra o preconceito arraigado em nossa sociedade, só queremos respeito à nossa existência, às nossas culturas, aos sagrados e encantados do nosso lugar, ameaçado por muitos empreendimentos que nos fazem sofrer: madeireiras, garimpos, plantações de soja, agropecuária, mineradoras, construções das hidrelétricas. As consequências são irreversíveis! A Mãe Natureza chora por Justiça! Queremos viver! Esse é o nosso lugar, o rio Tapajós é a nossa casa, a nossa vida.

Iára Elizabeth Sousa Ferreira - Arapyun
Pedagoga, Esp. em Coordenação Pedagógica - UFOPA
Coordenadora da Educação Escolar Indígena
SEMED/Santarém-Pará

SOU SIMPLEMENTE

Sou vento, sou fogo,
Sou mata, sou terra...
Sou força, intensidade,
Sou espírito, sou passaro,
Sou bicho, sou gente,
Sou alma, sou mente,
Sou diversidade...
Tua criação, verdade!
Sou feroz, sou encantamento,
Sou fruto, sou flor sobre o firmamento!
Sou impar, diferente,
Sou nativa que ama simplesmente.

Iára Ferreira Arapyun

REALIZAÇÃO:



PARA FAZER DE NOSSA SOCIEDADE UM LUGAR LIVRE DE PRECONCEITO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS



INICIANDO O PAPO



“Nestas terras não havia índio!” Esse termo foi imposto pelo colonizador e durante muito tempo foi usado para discriminar o nativo como sinônimo de preguiçoso, mentiroso e selvagem. Cada nação tinha seu próprio nome e assim chamavam seu Povo: Tupinambá, Tupinikim, Guarany, Potyguara.

Somos treze povos indígenas no Baixo Tapajós e Arapiuns, aproximadamente sete mil indígenas somente na região do Baixo Tapajós. Nossos povos têm nome: MUNDURUKU-KARA-PRETA, MAYTAPU, MUNDURUKU, TUPINAMBÁ, KUMARUARA, BORARI, ARAPIUNI, TAPAJÓ, TAPIJUA, TUPAIU, JARAKI, ARARA VERMELHA E APYAKÁ. É assim que queremos ser reconhecidos e respeitados.

Nossos antepassados foram massacrados, dispersaram-se por esses rios e matas para sobreviver, precisaram se esconder. Depois foram proibidos de falar a própria língua, foram obrigados a falar a língua do colonizador e negar a própria identidade. Mas, resistentes, sobrevivemos às tentativas de negar a nossa existência. E apesar dos direitos que hoje nos são garantidos, continuamos lutando contra toda forma de preconceito que nos nega a demarcação das nossas terras e a gestão de nossos bens naturais, a saúde diferenciada, a educação escolar diferenciada com qualidade, a autodeterminação política e até mesmo o direito ao pertencimento étnico.

Este material didático é resultado de um acordo judicial entre Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Santarém (Semed), Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Ministério da Educação (MEC) e Ministério Público Federal (MPF), em meio à ação judicial nº. 426-87.2014.4.01.3902. Foi pensado com o objetivo de sensibilizar você, estimulando a reflexão e o combate às atitudes de preconceito, racismo e discriminação contra nós indígenas, cidadãos e sujeitos de direitos e dignos de respeito.

Cauá Nóbrega da Cruz – Borari
Acadêmico Indígena Borari do
Curso de Direito – Universidade Federal do Oeste do Pará
Professor da Língua Nheengatu

QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS?

“Índios” se referia aos grupos que habitavam o continente americano quando da chegada dos colonizadores. Os portugueses não “descobriram” o Brasil, mas invadiram terras que pertenciam a milhares de nações indígenas, muito diversas entre si.

Ao contrário do que se pode pensar, os povos indígenas não ficaram no passado. A expressão “povos indígenas” é usada para se referir aos descendentes daqueles povos originários que mantêm vivas parte de suas tradições, costumes e cultura de uma maneira geral. Ser indígena é um sentimento de pertencimento, não cabendo ao estado ou a um não indígena dizer quem é ou não índio. É isso que a nossa lei chama de “direito à autoidentificação”.



Toda cultura é dinâmica, muda com o tempo e com a relação de troca entre os diferentes povos. Da mesma maneira que os portugueses não vivem mais com os tempos de Cabral (por exemplo, não viajam de caravelas durante meses a fio, em busca de especiarias), os povos indígenas também mudaram, não vivem mais como há quinhentos anos, nem seria possível.

Nós, indígenas, estamos em todos os espaços, desde a floresta das mais altas árvores às cidades dos maiores prédios. Estamos em escolas, em universidades, aprendendo os instrumentos do “branco” para fazer valer nossos direitos. Isso não faz com que deixemos de ser indígenas. Não podemos esquecer o quanto foi violenta a colonização. Os europeus mataram e escravizaram milhões de indígenas, e não foi apenas isso. Também nos impediram de fazer nossos rituais, de praticar nossas religiões e até mesmo de falar nossas línguas nativas. Falavam que a intenção era nos “integrar”, fazer-nos deixar de ser índios.

Embora os tempos de colonização tenham ficado pra trás, o preconceito que vivenciamos diariamente nos faz sofrer da mesma forma. O racismo nos vê como pessoas inferiores, selvagens. Desqualifica nossos costumes, nossas culturas, nossas características. Mas o racismo também se revela quando negam nossas identidades por não termos “cara de índio” ou por usarmos celulares e computadores. Mas não baixamos nossas cabeças. Lutamos contra o preconceito, por políticas de saúde e educação que respeitem nossas tradições, pela demarcação de nossas terras e pela vida da mãe-natureza. Temos orgulho de ser indígenas.

Vamos ver algumas formas em que se expressam o preconceito e discriminação contra os indígenas?

“SÃO TODOS IGUAIS”

É preciso reconhecer a grande diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas.

“SÃO DO PASSADO”

As culturas são sempre dinâmicas. O que os colonizadores encontraram em 1500 já não pode estar igual 500 anos mais tarde.

“OS ‘ÍNDIOS’ NÃO TEM HISTÓRIA”

Cada povo tem a sua história com seus saberes e heranças ancestrais que atravessam gerações. A documentação da história por meio da escrita não é a única forma de registro. Existe a memória oral.

“SÃO PRIMITIVOS”

Os povos indígenas são autônomos em suas escolhas e na autodeterminação dos seus modos de vida e organização social, não reconhecer a existência de ciências, teorias sociais indígenas, de arte, religião própria, é desqualificar diferentes patrimônios históricos e culturais.

“SÃO ACULTURADOS”

Têm-se a falsa ideia de que o “Índio” vive em um estado passageiro de “selvagemia” da humanidade e que no decorrer do convívio com as sociedades ocidentais colonizadoras deixaria de ser “Índio”, tornando-se “civilizado”, ignorando que cada um é civilizado dentro da própria sociedade, de sua produção cultural e nas relações entre os diferentes povos. Ninguém deixa de ser “Índio”. Ninguém vira “Índio”. Não existe índio mais “Índio”, nem menos “Índio”. Não existe meio “Índio”.

“OS ‘ÍNDIOS’ SÃO PREGUIÇOSOS”

Os colonizadores não levaram em conta o modo próprio de organização social e a divisão do trabalho dos diversos povos indígenas, criando o estigma de “preguiçoso” sobre a figura do indígena, desconsiderando que seus modos de vida respeitavam os ciclos da mãe natureza.



Anexo IV

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO 5ª UNIDADE REGIONAL DE
EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL PEDRO ÁLVARES CABRAL

Caracterização do Projeto

Tema: Consciência Negra: Uma aborgagem etnicorracial

Público alvo: Alunos da Escola Cabral

Responsáveis: Coordenação Pedagógica, professora de Sociologia, Filosofia e Literatura e outros.

Local: Sala de aula e Escola do Parque

Período: 16/10 a 20/11/18

Horário: das aulas das Disciplinas e a execução na Escola do Parque, dia 20/11 das 14 as 17h

**SANTARÉM – PARÁ
OUTUBRO e
NOVEMBRO/2019**

JUSTIFICATIVA

A história do povo brasileiro é permeada pela diversidade de valores e culturas. Os afrodescendentes, entre outros, constituem parte fundamental desse legado. A contribuição desses povos em todas as áreas, sejam elas cultural, social, política, econômica e, especialmente na culinária afrodescendente deviam ser valorizadas e respeitadas em nossa sociedade. Infelizmente os afrodescendentes, que correspondem a maioria da população brasileira são desrespeitados e discriminados em suas raízes e manifestações. O presente projeto pretende sensibilizar os alunos sobre a importância do negro para a formação e identidade da nação brasileira, promovendo por meio de seminários e roda de conversa o respeito à diversidade humana, a diminuição do racismo e do preconceito, para que percebam que essa história, é a nossa história, a história de nossas próprias raízes, cultural e biológica.

OBJETIVO GERAL

*Abordar a história do movimento negro antes e após a constituição de 1988, visando despertar nos educandos o respeito à diversidade etnicorracial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Trabalhar a organização, as lutas, as resistências e as conquistas do movimento negro
- * Mostrar a herança cultural dos negros através de dança, teatro, música, poemas e a culinária afrodescendente
- * Apresentar a beleza negra através de desfile de alunos da turma
- * Valorizar a cultura Afrodescendente, a partir da reflexão realizada durante o projeto.

METODOLOGIA: O projeto será desenvolvido em duas etapas, primeira etapa jogos internos, segunda etapa Feira Cultural, direcionados pelos professores das Disciplinas das turmas

Seminário: A história do movimento negro antes e depois da constituição de 1988.

- * A organização do movimento
- * As lutas
- * As resistências

* As conquistas

Socialização por meio de gincana cultural, passa e repassa, poemas, músicas, dança, teatro, culinária e desfile da beleza negra..

RECURSOS: Data show, notebook, papel chamex, fita gomada, celular, livro didático, entre outros.

CRONOGRAMA:

PERÍODO	ATIVIDADES - DISCIPLINA SOCIOLOGIA	SÉRIES/TURMA	RESP.
16/10/18 a 23/10/18	Apresentação do projeto e formação de equipes	alunos da turma 203	Coord. Ped/ prof de Sociologia, Filosofia e Literatura Biblioteca escolar
30/10/18	Seminário do tema		
31/10/18 a 19/11/18	Pesquisa bibliográfica e preparação para gincana		
20/11/18	Socialização do projeto		

AVALIAÇÃO

Será realizada observando a participação dos envolvidos em todas as fases do projeto.